



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO
PRIMEIRO PERÍODO DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No vigésimo segundo dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Este pediu aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Émerson Sampaio lamentou o assassinato do lutador de MMA Rodrigo Goiano de Lima (conhecido como Rodrigo Monstro), ocorrido na madrugada deste dia. Solicitou a realização de um minuto de silêncio, no momento apropriado, em homenagem póstuma a este grande atleta. Discorreu sobre o pouco valor que tem a vida humana em nossos dias, quando assassinatos tornam-se banais devido à impunidade, deixando seus sentimentos aos familiares de Rodrigo Lima. Parabenizou depois a equipe de futebol do Clube do Remo pela conquista do Campeonato Paraense no dia anterior, destacando o goleiro Vinícius com o grande responsável por mais esse triunfo. Disse esperar que a diretoria do clube o mantivesse no elenco, criticando a prática recorrente em nosso futebol de vender os jogadores jovens e talentosos por baixos valores. Referiu-se depois ao sofrimento que atinge parte da população de nossa cidade e de nosso estado devido às enchentes que invadem casas e ruas. Refletiu que assim Deus mostra ao povo que está vivo e pode acabar com esta geração perversa. Reportou-se depois ao trabalho da comissão formada nesta Casa para tratar da problemática envolvendo a Rede Celpa. Informou que, na reunião realizada na semana anterior, os representantes da empresa consideravam que nada havia de errado em sua atuação, não existindo problema algum. Julgou inaceitável a alíquota de ICMS paga pelo povo paraense, de 25% do total da fatura, o que corresponde a mais de 33% do consumo, configurando bitributação, pois o consumidor paga imposto sobre imposto. Notificou ter entrado com requerimento neste parlamento solicitando ao governador Hélder Barbalho que diminua o valor deste percentual. Comunicou que a comissão reuniu-se depois com o promotor de justiça César Mattar, do Ministério Público do Pará – MPPA, que também compõe a Força Tarefa do MPPA e está atuando contra os abusos cometidos pela Rede Celpa. Expressou que, além da bitributação, há a duplicidade de cobrança de fatura, pois o custo da energia furtada é repassado aos consumidores que pagam corretamente, mas a empresa continua a cobrar dos que furtaram energia, multando e não descontando o que arrecada da fatura dos que já pagaram pelo que foi roubado. Em aparte, manifestou-se a vereadora Professora Nilda Paula. Igor Andrade comentou que este final de semana de Páscoa foi uma ocasião de paz e reflexão para os católicos e também para os evangélicos, em um país em que a Semana Santa é ainda respeitada. Parabenizou os remistas pela conquista do título paraense de futebol, embora acreditasse que o Paysandu fosse o melhor time do estado e, assim, merecesse a taça. Conformou-se, entretanto, reconhecendo que no futebol o que importa é a bola na rede. Prosseguiu dizendo que os dois times agora participarão do torneio da Série C e espera que ambos consigam ascender à Série B do Campeonato Brasileiro para valorizar ainda mais o futebol do Pará. Em relação à Rede Celpa, disse ter lhe causado estranheza o diretor da empresa desconhecer que ela é a campeã em número de reclamações de consumidores em nosso estado. Considerou muito triste ver que esta concessionária de energia desrespeita a sociedade paraense, desrespeita o consumidor. Lembrou que já há muito tempo denuncia a prática de repassar o custo da energia furtada para os clientes. Com o aprofundamento da investigação sobre a atuação da empresa, continuou, descobriu-se que esta energia furtada é cobrada duplamente do consumidor. O valor do furto de energia é inserido no custo do kWh e todos o pagam, entretanto, quando a empresa encontra as pessoas responsáveis pelo furto, cobra destas e aplica multas, mas não repassa o que foi arrecadado ou dá desconto correspondente aos demais clientes. Manifestou a esperança de que a Frente Parlamentar tenha sucesso, coibindo-se os abusos cometidos pela Rede Celpa, e que haja diminuição na tarifa de energia elétrica paga pelo povo paraense. Avaliou que o momento de lutar é este, pois em agosto próximo será feita a revisão tarifária pela ANEEL e uma redução deve ser reivindicada, retirando-se também do cálculo o valor do furto de energia. Além disso, aventou a possibilidade de reduzir a alíquota de ICMS sobre a energia elétrica junto ao governo estadual. Denunciou

haver uma blindagem à atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que atuaria em conluio com as empresas concessionárias do serviço de distribuição e fornecimento de energia. A este respeito, contou que o diretor da Rede Celpa, quando questionado se a Agência de Regulação e Controle dos Serviços Públicos do Pará – ARCON poderia fiscalizar o serviço prestado pela empresa no Pará, respondeu que isso poderia ocorrer se a ARCON se adequasse às diretrizes da ANEEL, em caso contrário, não poderia. Assim sendo, ponderou, a ARCON não poderia contrapor-se a nenhuma determinação da ANEEL porque a concessionária poderia facilmente recorrer à Justiça e derrubar as medidas que fossem tomadas. Deste modo, a Rede Celpa, quando questionada, argumenta sempre atuar com base nas regulamentações da ANEEL. Ajuizou ser necessário convocar representantes desta agência reguladora a comparecer a esta Casa, não sendo crível que somente a Rede Celpa tenha vantagens e direitos enquanto os consumidores padecem com a atuação desta empresa. Externou sua esperança de que, em breve, haja maior estímulo por parte dos governantes à adoção da energia solar. Informou que protocolará um pedido de incentivo fiscal às empresas que a adotarem, chamando a atenção para o grande número de comerciantes e empresas que fecham em nosso estado por não conseguirem pagar a conta de energia. Em consequência, acrescentou, o desemprego aumenta e quem padece é a população. Opinou que os estados produtores de energia deveriam ter uma redução no preço do kWh, pois não há vantagem nenhuma em produzir energia, sofrendo inundação de vastas áreas para abastecer a usina, havendo grande impacto ambiental e famílias deixando suas terras. Considerou ridícula a indenização que tais famílias receberam por esta perda. Ademais, aditou, pagamos hoje a maior tarifa de energia do Brasil, embora produzamos boa parte da energia consumida no país. Disse ter certeza de que se esta energia fosse produzida em São Paulo, no Rio de Janeiro ou no Rio Grande do Sul as pessoas pagariam um terço do que pagamos aqui. Expressou ser muito fácil impor estas mazelas ao Pará, porém espera que nossos deputados federais tomem medidas enérgicas, de pulso forte, para que em breve tenhamos uma situação melhor para o consumidor paraense. Toré Lima demonstrou preocupação quanto à possibilidade de privatização dos Correios – intenção manifesta pelo presidente Jair Bolsonaro e pelo ministro Paulo Guedes. Reputou que isto prejudicará a população, principalmente nas pequenas cidades e regiões, pois o serviço postal, se houver, será mais caro, uma vez que uma empresa privada busca apenas o lucro. Pontuou que esta é a resposta dada ao povo brasileiro por este presidente, indo na contramão dos interesses da população. Ironizou dizendo que a melhor frase já dita por Bolsonaro é a afirmação de que não nasceu para ser presidente – o que supôs verdadeiro. Declarou que propor a privatização dos Correios é mais uma traição ao povo que o elegeu. Aludiu depois ao fato, noticiado nos jornais deste dia, de que o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH da Região Metropolitana de Belém é o quarto pior do país. Acrescentou que o estado do Pará tem o terceiro pior índice entre os estados brasileiros na educação. Informou que o estado não tem ainda previsão para o retorno às aulas, havendo cinquenta escolas com obras paralisadas e quatrocentas escolas que ainda estão sendo reformadas, sendo isto herança maldita do governo anterior. Estes índices terríveis, prosseguiu, também são parte da herança do governo Jatene para o estado do Pará. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do bloco MDB – PHS, Joaquim Campos admirou-se de haver dezessete vereadores em plenário, quando geralmente há um número bem menor. Lembrou que, durante dois anos, era quase sempre o primeiro a chegar à Câmara Municipal de Belém, tendo muitas vezes que assumir a presidência das sessões no início dos trabalhos. Disse que o vereador Fernando Carneiro pode bloqueá-lo nas redes sociais o quanto quiser, pois tem três milhões de seguidores. Acusou-o de mascarar uma presença às sessões da CMB que não tem, pois não comparece ao início destas. Perguntou por que motivo Fernando Carneiro não divulga que, durante a gestão comunista de Edmilson Rodrigues, o preço da passagem de ônibus em Belém aumentou trezentos por cento. Ridicularizou a proposta de realizar um plebiscito para saber se a população aprova o aumento da tarifa do transporte público da cidade, dizendo que somente os empresários do setor serão favoráveis. Afirmou que Bolsonaro está retirando privilégios dos políticos de Brasília e por isso é combatido. Pela liderança do bloco PDT – PSB, Igor Andrade remeteu-se à crise do abastecimento de água que atinge vários bairros de Belém. Ressaltou, porém, que o atual governo estadual recebeu uma companhia de saneamento falida, completamente abandonada. Contou que, durante o governo anterior, estivera diversas vezes em audiências na COSANPA levando comissões de moradores de vários bairros de Belém pedindo melhorias, sendo que apenas um destes pedidos foi atendido – no bairro do Marco, na Passagem Acatauassú com a Travessa Vileta, onde foi feita uma ligação que beneficiou em torno de quarenta casas. Reportou que nos bairros de Canudos, Marco, Terra Firme, Guamá e Curió-Utinga há pessoas que nunca tomaram banho de chuveiro com a água fornecida pela COSANPA, pois esta nunca chega ao chuveiro. Referiu que nas casas há torneiras situadas no nível mais baixo que são apelidadas “milagrosas”, pois é onde há esperança de conseguir água. Anunciou que o atual governo está buscando recursos para modernizar o sistema de abastecimento de água nestes bairros. Explicou que hoje há uma rede hídrica sucateada, com inúmeros desvios e obstruções, e totalmente deteriorada: sua recuperação não pode ser feita em pouco mais de cem dias. Inteirou que a última

expansão significativa na rede de fornecimento de água em Belém ocorreu ainda durante o governo estadual de Jäder Barbalho – de lá para cá foram feitos somente improvisos e assim, frequentemente, há interrupção do fornecimento e a companhia tem que fazer e refazer o serviço porque a tubulação é antiga. Além disso, houve um crescimento urbano desorganizado e inúmeras casas foram construídas sobre a tubulação de água, tornando difícil a mudança e a manutenção da rede. Deixou seu apreço ao governador Hélder Barbalho, asseverando que ele atua fortemente no sentido de acabar ou minimizar o sofrimento da população com a falta de água em Belém e no interior do estado. Pela liderança do bloco PSD – PTC, Professora Nilda Paula destacou a existência do Ecomuseu da Amazônia na Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, ressaltando ser este um espaço belíssimo que guarda parte de nossa história e cultura. Entretanto, lastimou, o Ecomuseu está sendo abandonado simplesmente porque as pessoas não o conhecem, não o visitam. Atualmente, este museu, que já ganhou vários prêmios dentro e fora do Brasil, está sem funcionários e prestes a fechar. Convidou os outros parlamentares e as demais pessoas presentes a visitá-lo e pediu que fosse feita uma campanha para sua preservação. Disse ter postado em sua página no *Facebook* algumas fotos daquele espaço para divulgá-lo, solicitando a seus pares que, ao tratarem da Escola Bosque, também se preocupem com o Ecomuseu. Advertiu haver a intenção de transformar o local que o abriga em um estacionamento para ambulâncias. Pela liderança do bloco DC – Avante, Dr. Elenilson mencionou o suicídio de Yasmin Gabrielle, jovem de dezessete anos que trabalhou como cantora e assistente de palco mirim no programa televisivo de Raul Gil. Recordou ter um projeto de lei instituindo o Setembro Amarelo e criando a Semana de Prevenção ao Suicídio. Comentou que, muitas vezes, quando se trata do tema depressão, surgem pessoas desinformadas, com pouco conhecimento, dizendo que depressão é frescura, falta do que fazer. Lamentou que tal ignorância ainda persistisse. Esclareceu que temos em nosso cérebro uma organização neuroquímica orquestrada pelos neurotransmissores, entre os quais a serotonina, substância que dá prazer, alegria, satisfação, o sentimento de felicidade. Infelizmente, apontou, algumas pessoas têm uma baixa, uma diminuição da serotonina, da dopamina e de outros neurotransmissores. Sobrevém então um sentimento de tristeza, angústia, um sentimento de vazio que faz com que a pessoa não consiga ter prazer nem mesmo comendo uma barra de chocolate. Acrescentou que não há mais prazer no sexo e não se consegue sequer ter uma boa noite de sono. Surgem então, sem causa aparente, a vontade de chorar e o aperto no coração, tornando-se o suicídio uma alternativa para escapar dessa condição. Observou que muitas pessoas têm depressão, mas não aparentam porque mascaram o sofrimento, tentando parecer alegres e sem problemas, mas internamente estão destruídas, acabadas. Orientou quem sofre desse mal a procurar um psicólogo ou mesmo um psiquiatra e procurar também a presença de Deus em seu coração, pois isto é fundamental no tratamento. Frisou que a terapêutica não se resume apenas ao uso de remédios, sendo importante buscar a Deus e também realizar atividades físicas aeróbicas. Pela liderança do Governo, Gleisson Silva afirmou ser generalizada a revolta contra a Rede Celpa em nosso estado. Lembrou que havia um posto dela dentro do PROCON e as pessoas que iam fazer reclamações sobre cobranças indevidas feitas pela empresa eram para lá encaminhadas. No posto, a única opção fornecida pela Rede Celpa aos clientes era o parcelamento das supostas dívidas. Assim, o cidadão que estava sendo lesado procurava o PROCON com a esperança de obter ajuda na defesa de seus direitos, mas o único caminho oferecido a ele era o posto da própria empresa. Disse depois ter achado interessantes as informações prestadas à população pelo governo estadual sobre a situação da COSANPA e o modo como pretende recuperá-la. Chamou a atenção, no entanto, para o fato de que se deve investir não apenas na melhoria da qualidade da água, mas também deve ser feito um grande investimento na melhoria da rede de distribuição e abastecimento. Citou o exemplo do bairro da Terra Firme, onde grande parte da população não paga pela água que consome, utilizando ligações clandestinas. A água ali é de má qualidade porque há contaminação com a água da vala, gerando um problema de saúde pública. Pediu aos vereadores Toré Lima e Igor Andrade, que possuem maior proximidade com o governo do estado, que avaliem esta situação. Pela liderança do PRB, Toré Lima comentou informação divulgada no jornal *Diário do Pará*, no dia anterior, de que são aplicadas cerca de quinhentas multas por dia aos motoristas em nossa cidade. Conjecturou que, se quinhentas multas são aplicadas através dos radares, deve haver um número muito maior de infrações de trânsito sendo cometidas, demonstrando a má educação dos condutores de veículos em nosso município.

Assinalou que os atropelamentos em Belém tornaram-se muito comuns devido à má conduta dos motoristas. Externou depois ficar feliz com a isenção do pagamento do ICMS concedida pelo governador Hélder Barbalho aos templos religiosos, comentando que as igrejas têm uma participação muito importante na sociedade, resgatando vidas e evangelizando, atuando através de projetos sociais e pastorais. Em aparte, manifestou-se o vereador Paulo Queiroz. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente da sessão, Mauro Freitas, solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foram então postas em votação e aprovadas por unanimidade as atas referentes às sessões ordinárias 17^a, 18^a, 19^a, 20^a, 21^a, 22^a e 24^a, sendo estas

do 1º Período da 3ª Sessão Legislativa desta legislatura. Em seguida, atendendo à solicitação do vereador Êmerson Sampaio, foi feito um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao lutador de MMA Rodrigo Lima, morto ao ser atropelado na noite do domingo anterior. Fez-se depois a leitura e votação do requerimento do vereador Altair Brandão solicitando três dias de licença parlamentar, no período de 15 a 17 de abril corrente, sendo este aprovado por unanimidade. Foi feita depois a leitura e votação do requerimento do vereador Neném Albuquerque solicitando dois dias de licença particular, nos dias 22 e 23 de abril corrente, sendo este aprovado por unanimidade. Fez-se em seguida a leitura e votação do requerimento do vereador Marciel Manão solicitando três dias de licença parlamentar, no período de 28 a 30 de abril corrente, sendo este aprovado por unanimidade. O vereador Henrique Soares pediu posteriormente que seu requerimento solicitando a realização de um plebiscito fosse posto em votação. O presidente Mauro Freitas explicou então que tal requerimento não fora aceito pela Mesa em obediência ao Artigo 71, parágrafo 3º, do Regimento Interno da CMB, o qual estabelece que “A Mesa deixará de aceitar qualquer proposição: I – evidentemente inconstitucional”. Comunicou que o vereador Henrique Soares receberia um parecer jurídico da Casa com as justificativas para esta não aceitação. O vereador Fernando Carneiro pediu, neste momento, Questão de Ordem solicitando que o requerimento recusado fosse lido para inteirar-se de seu teor. O presidente Mauro Freitas disse que este não seria lido em plenário por não estar em votação, mas Fernando Carneiro poderia lê-lo, tendo livremente acesso a ele. O vereador Henrique Soares observou haver em pauta outros requerimentos versando sobre a realização de plebiscito, pedindo então que a mesma medida fosse tomada nestes casos. O presidente Mauro Freitas assegurou que a regra seria aplicada em todos os casos similares a este. O vereador Henrique Soares, tendo consultado sua assessoria, reconheceu a correção da atitude da Mesa e solicitou então que outro requerimento seu fosse lido e votado. Foi feita então a leitura do requerimento do vereador Henrique Soares solicitando a realização de uma sessão especial - no próximo dia 16 de maio, às nove horas – para tratar da temática do envelhecimento humano. Fez o encaminhamento o vereador Henrique Soares. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Passou-se depois à leitura do requerimento do vereador Fernando Carneiro solicitando a realização de sessão especial, em data e horário a serem definidos, em alusão ao Dia de Luta Antimanicomial (18 de maio). Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Foi feita depois a leitura do requerimento do vereador Mauro Freitas solicitando a convocação de um plebiscito para ouvir a população de nosso município quanto ao congelamento da tarifa de energia elétrica em Belém. Fizeram o encaminhamento os vereadores Fabrício Gama, Lulu das Comunidades, Joaquim Campos, Igor Andrade, Fernando Carneiro e Mauro Freitas (assumindo a presidência da Mesa o vereador John Wayne) ficando o requerimento em votação. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, fez-se então a verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. O vereador Toré Lima pediu então Questão de Ordem solicitando que seu projeto de lei, que proíbe a comercialização de canudinhos plásticos, fosse colocado em pauta. O presidente John Wayne respondeu que trataria desta solicitação junto à Diretoria Legislativa desta Casa. Passou-se então à discussão única e votação, com dispensa de interstício, do projeto que “Institui o dia 06 de dezembro como o Dia Municipal de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, relativo ao Processo nº 2643/17, de autoria da vereadora Simone Kahwage. Na discussão, não houve oradores. A vereadora Simone Kahwage pediu então Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco e de forma simbólica, o que foi aprovado pela plenária. Após ser lido, o projeto foi posto em votação e aprovado por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto que “Institui o dia 06 de dezembro como o Dia Municipal de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, relativo ao Processo nº 2643/17. Justificou seu voto a vereadora Simone Kahwage. Entrou depois em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto que “Concede o título honorífico de Cidadão de Belém ao senhor Raimundo Nonato Almeida da Silva, presidente de honra da Embaixada de Samba do Império Pedreirense”, relativo ao Processo nº 106/19, de autoria da vereadora Professora Nilda Paula. Na discussão, não houve oradores. O vereador Moa Moraes pediu então Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco e de forma simbólica, o que foi aprovado pela plenária. Após leitura, o projeto foi posto em votação e aprovado em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto que “Concede o título honorífico de Cidadão de Belém ao senhor Raimundo Nonato Almeida da Silva, presidente de honra da Embaixada de Samba do Império Pedreirense”. Passou-se depois à leitura e votação, com dispensa de interstício, do projeto que “Altera a Lei nº 8745, de 21 de junho de 2010, que ‘Dispõe sobre o Dia Municipal do Técnico de Enfermagem e dá outras providências’”, relativo ao Processo nº 122/19, de autoria da vereadora Enfermeira Nazaré Lima. Na discussão, pronunciou-se a vereadora Enfermeira Nazaré Lima. Esta pediu Questão de Ordem solicitando que os artigos deste projeto e do próximo a ser discutido e votado nesta sessão, também de sua autoria, fossem votados em bloco e de forma simbólica, o que foi aprovado pela plenária. Foi feita em seguida a leitura do projeto. Posto em votação, este foi aprovado por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto

que “Altera a Lei nº 8745, de 21 de junho de 2010, que ‘Dispõe sobre o Dia Municipal do Técnico de Enfermagem e dá outras providências’”, relativo ao Processo nº 122/19. Entrou depois em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto que “Institui no município de Belém o Dia Municipal de Enfermagem”, relativo ao Processo nº 121/19, de autoria da vereadora Enfermeira Nazaré Lima. Na discussão, não houve oradores. Após a leitura, o projeto foi posto em votação e aprovado por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto que “Institui no município de Belém o Dia Municipal de Enfermagem”, relativo ao Processo nº 121/19. Passou-se em seguida à discussão única e votação, com dispensa de interstício, do projeto que “Dispõe sobre a criação do Dia do Obreiro Universal”, relativo ao Processo nº 1498/18, de autoria do vereador França. Na discussão, não houve oradores. O vereador Moa Moraes pediu então Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco e de forma simbólica, o que foi aprovado pela plenária. Após leitura, o projeto foi posto em votação e aprovado em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto que “Dispõe sobre a criação do Dia do Obreiro Universal”, relativo ao Processo nº 1498/18. Entrou depois em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto que “Altera a Lei nº 8743, de 22 de dezembro de 2005, que ‘Cria o Dia do Conselheiro Tutelar em Belém’”, relativo ao Processo nº 1523/18, de autoria do vereador Mauro Freitas. Na discussão, pronunciou-se o vereador Rildo Pessoa. O vereador Moa Moraes pediu então Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco e de forma simbólica, o que foi aprovado pela plenária. Após leitura, o projeto foi posto em votação e aprovado por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto que “Altera a Lei nº 8743, de 22 de dezembro de 2005, que ‘Cria o Dia do Conselheiro Tutelar em Belém’”, relativo ao Processo nº 1523/18. Passou-se então à discussão única e votação do projeto que “Altera a Resolução nº 35, de maio de 2005, que ‘Institui a Medalha e o Diploma Círio de Nazaré na Câmara Municipal de Belém’”, relativo ao Processo nº 007/19, de autoria do vereador Mauro Freitas. Na discussão, não houve oradores. O vereador Moa Moraes pediu novamente Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco e de forma simbólica, o que foi aprovado pela plenária. Após leitura, o projeto foi posto em votação e aprovado por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto que “Altera a Resolução nº 35, de maio de 2005, que ‘Institui a Medalha e o Diploma Círio de Nazaré na Câmara Municipal de Belém’”, relativo ao Processo nº 007/19. Entrou depois em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto que “Concede o título honorífico de Cidadão de Belém ao senhor Valdemiro Santiago”, relativo ao Processo nº 156/19, de autoria da vereadora Simone Kahwage. Esta solicitou que os artigos deste projeto e do próximo a entrar em discussão e votação, também de sua autoria, fossem votados em bloco e de forma simbólica, o que foi aprovado pela plenária. Na discussão, não houve oradores. Após leitura, o projeto (juntamente com a emenda modificativa a este, de autoria da vereadora Simone Kahwage, mudando a honraria concedida para Honra ao Mérito) foi posto em votação e aprovado por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto que “Concede o título honorífico de Cidadão de Belém ao senhor Valdemiro Santiago”, relativo ao Processo nº 156/19. Passou-se depois à discussão única e votação, com dispensa de interstício, do projeto que “Concede o título honorífico de Cidadã de Belém à senhora Francileia Santiago”, relativo ao Processo nº 157/19, de autoria da vereadora Simone Kahwage. Na discussão, não houve oradores. Foi feita então a leitura do projeto. Após esta, o vereador Rildo Pessoa chamou a atenção da Mesa, observando não haver parlamentares suficientes em plenário para a votação. O presidente John Wayne solicitou então que se fizesse nova verificação de presença. Não havendo quórum, o presidente encerrou a sessão às onze horas e vinte e oito minutos, ficando o projeto em votação. Estavam licenciados os vereadores Neném Albuquerque e Blenda Quaresma. Justificaram suas ausências os vereadores Altair Brandão e Pablo Farah. Estiveram presentes os vereadores: Rildo Pessoa, Mauro Freitas, Dr. Elenilson e Professor Elias, pelo bloco DC – Avante – Podemos; Fabrício Gama, Marciel Manão, Biéco e Zeca Pirão, pelo bloco PMN – Solidariedade – Patriota - PR; Lulu das Comunidades, Professora Nilda Paula e Sargento Silvano, pelo bloco PSD - PTC; Paulo Queiroz, Moa Moraes e Nehemias Valentim, pelo bloco PSDB – PSL; Wellington Magalhães e José Dinelly, pelo bloco PSC – PPS; Amaury da APPD, pelo bloco PC do B, PT; Joaquim Campos e John Wayne, pelo bloco MDB – PHS; Adriano Coelho, Gleisson Oliveira, Henrique Soares e Igor Andrade, pelo bloco PDT – PSB; Dr. Chiquinho, Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pelo PSOL; Simone Kahwage, França e Toré Lima, pelo PRB; e Émerson Sampaio, pelo PP. Eu, segundo secretário, lavei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 22 de abril de 2019.

Presidente

1º Secretário

2ª Secretário